

Pataxó Ha

JORNAL DA BAHIA  
SALVADOR-BAHIA

# TODO DIA ERA DIA



Voltam às páginas dos jornais e aos momentos de noticiários das TVs e rádios a questão dos Pataxó há há há. A injustiça que acompanha a própria vida do brasileiro — porque desde o nosso início os índios vem sendo logrados — é tão absurda, que às vezes fica difícil mesmo até para aqueles que entram na questão para denunciá-la.

Arqueologia e Antropologia da mesma Universidade.

Antes porém, queremos dar ênfase a um pensamento que é de consenso entre aqueles que lidam com a problemática indígena representados aqui pelas palavras de Pedro Agostinho, que fala pela Associação Brasileira de Antropologia, da qual é secretário geral.

### UMA QUESTÃO COM SOLUÇÃO PACÍFICA E POR VIA LEGAL

Segundo o professor "esta é uma questão que não se resolverá num dia. É uma questão com solução pacífica e por via legal. Que não se pressione o poder judicial. Nossa política é: existem meios legais que estão ativados. Não através de briga. O índio não tem como jogar duro. Os outros é que estão se armando. Não deve haver precipitação nem dos índios, nem da Funai, nem dos posseiros. Todas as questões devem ser ponderadas, porque qualquer ação fora disto pode levar à consequências desastrosas. É preciso **serenidade** a nível de índio, de branco local, à nível da Funai e a nível do governo estadual, uma atitude racional e não intempestiva para dar certo".

Não é assim que os próprios meios de comunicação dos quais fazemos parte — acabam alardeando situações, nem sempre fiéis à complicada disputa que ora se estabelece. Complicada pelo branco, suas leis, suas decisões, porque para o índio e para aqueles mais sensatos, as terras são deles, se é verdade o que conta a nossa História livresca de que quando Cabral chegou já encontrou aqueles a quem chamavam silvícolas, selvagens e mais tantos outros nomes indicativos de um só: o índio brasileiro.

O Jornal Rural ouviu o depoimento do professor Pedro Agostinho, que esclarece questões teóricas e legais e da professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso (nos problemas de campo e de fatos), ambos do Departamento de Antropologia da UFBA, e do Museu de

### MARIA HILDA B. PARAISO: DESCREVENDO UM PROCESSO HISTÓRICO PARA OS QUE AINDA NÃO SABEM

A questão dos Pataxó há há há decorre por volta de 1910/1920 quando se inicia o processo de aceleração da ocupação da zona cacaueteira. Nos fins do século XIX o plantio, antes feito apenas na beirada dos rios se expande. Configura-se conflito dos índios Pataxó e baenã com os fazendeiros. Por esta razão em 1926, o governo decreta reserva de 50 léguas quadradas onde **reconhece explicitamente** que ali era território dos pataxó e tupiniquim. Ao mesmo tempo inicia-se o trabalho de "pacificação" dos índios pelo SPI ou Serviço de Proteção ao Índio, e a demarcação.

comunistas e estavam distribuindo panfletos entre os trabalhadores rurais, tentando levantar os trabalhadores contra os fazendeiros. Houve uma grande invasão feita pela Polícia Militar e se desmantela principalmente pequenos trabalhadores que existiam na reserva. Há notícias de não sei quantas botas descendo o rio.

Quando o processo já chegava à fase de conclusão, não existiam os posseiros. E neste momento final que todo mundo corre para pegar um pedaço de terra para garantir lucros com a próxima indenização futura.

Consegue-se negociar com o governo do Estado. Era Juracy Magalhães então interventor. As 50 léguas quadradas (seis quilômetros) passam para 36 mil hectares. Foi feita demarcação pelo capitão do Exército Moisés Castelo Branco (ainda vivo) e representando o Estado da Bahia o engenheiro civil Alfredo Amorim Coelho. Isto em 1937.

### COMUNISTAS, PERDEM LÉGUAS E AS RESERVAS TINHAM QUE AINDA DAR LUCRO. O NEGÓCIO ERA ASSIM...

Em 1936, achando que o negócio era insuficiente, surgem declarações afirmando que os índios — que ainda nem sabiam falar português — eram

Pouco tempo depois o SPI saiu da jurisdição do Ministério da Guerra e passou para o Ministério da Agricultura. E a nova mentalidade era

# DE ÍNDIO

de que as áreas indígenas tinham que render dinheiro. Como os índios tinham agricultura de subsistência o Ministério da Agricultura descobriu que a fórmula era arrendar as terras com contratos variando de 3 a 5 anos, sendo proibido construir benfeitorias. A partir daí, o SPI perdeu o controle sobre esse processo de arrendamento. Esses lotes foram crescendo de tamanho à custa da expulsão dos índios que existiam na área, outras pessoas iam entrando de gaiato, sublocaram, etc.

No final da década de 40, início da de 50, a parte sul estava quase totalmente ocupada pelos nacionais determinando a fuga dos índios para outras reservas, notadamente a de Porto Seguro. Outros se colocaram como trabalhadores rurais, foram encontrando seus próprios caminhos de sobrevivência.

Entre 50 e 60 é que os índios da área norte — Itaju do Colônia — ficam confinados à reserva, antigo posto, onde atualmente vivem. Estes índios dispersos não aceitaram a situação. Em áreas pobres, com dificuldades de sobreviver, o sonho era retornar às terras deles.

Isto assume um caráter efetivo em 1982, quando um grupo Pataxó há há nascidos na reserva e refugiados na Fazenda Guarani, em Minas Gerais, procuraram a Funai e disseram que iam voltar de qualquer maneira. Voltam e tomam São Lucas.

## PROCESSO LOUCO COM MARCHAS E CONTRAMARCHAS

E começa este processo louco com marchas e contramarchas, pressões, justiça. Em 1982, mais especificamente em novembro, parte da população que lá vivia foi transferida para a Fazenda de Piscicultura, de propriedade do Instituto de Cacau, em Almada. A re-(de)cepção dos fazendeiros foi tamanha que destruíram portas, banheiros, janelas das casas onde iam se instalar. Além disso a área não se coadunava como que sabiam fazer e nem cabia todos, era área mínima.

Com a morte de uma criança em Almada, a coisa tomou proporção mais

grave. Eles resolveram voltar para São Lucas e se unirem aos outros. Nesse momento já havia ação pedindo anulação dos títulos distribuídos pelo governo da Bahia aos fazendeiros correndo na Justiça Federal. **Mas, foi arguida incompetência pelo governo, que se colocou como réu** (o governo se colocou como culpado de estar com as terras dos índios para atrasar ainda mais o processo).

A decisão passou para o Supremo. Em 1983 foi movida outra ação pela Funai — interdito proibitório da Fazenda São Lucas. Em fevereiro de 83, o juiz concedeu liminar garantindo aos índios o direito de permanecer na Fazenda São Lucas até julgamento definitivo posterior. Sentença do juiz Lázaro Guimarães, que inclusive esteve na área.

Os fazendeiros recorreram e perderam o pedido de cassação da liminar no Supremo Tribunal de Recursos. Em novembro de 1983 o juiz deu sentença definitiva dando ganho de causa à Funai, o que permite aos índios permanecerem na Fazenda São Lucas sob proteção da justiça.

A situação interna é tão terrível: falta de água potável, de recursos para implementação de agricultura, vivem em barracos de lonas há dois anos, ilhados pelos fazendeiros que não permitem que saiam da fazenda, tensão interna, indefinição quanto a perspectivas futuras. Descrição de Hilda Baqueiro Paraíso, que esteve também na área:

— Toda esta situação levou ao grande acirramento do faccionalismo interno, terminando com a morte do cacique Edisio (vulgarmente conhecido como Fuscão Preto) numa briga interna. A coisa estava mais ou menos pacífica aguardando julgamento, quando a Funai decidiu colocar os arrendamentos atrasados onze anos em dia.

## O QUE ESTA ACONTECENDO AGORA...

Segundo consta, alguns arrendatários teriam enviado carta à Funai se prontificando a entregar seus lotes porque não tinham condições de pagar o atraso. Exatamente por isto a Funai manda comissão. E aí deu nisso. E aí

## houve interferência dos meios de comunicação e o problema se agrava.

Em meio a tudo isto, o que acontece com as terras dos Pataxó há há há é que a própria reserva de 50 léguas quadradas, dada a própria distribuição espacial dos índios já representou uma restrição territorial. O território fora desta delimitação foi dado a outros. O território do índio era bem maior.

A professora Hilda Paraíso, coordenadora do Museu de Arqueologia é autora da tese "História dos Índios Entre o Parvo e Cachoeira ou Colônia".

## Pedro Agostinho: ALGO SOBRE ATUAL FUNAI, JURUNA, ÍNDIO E BRANCO.

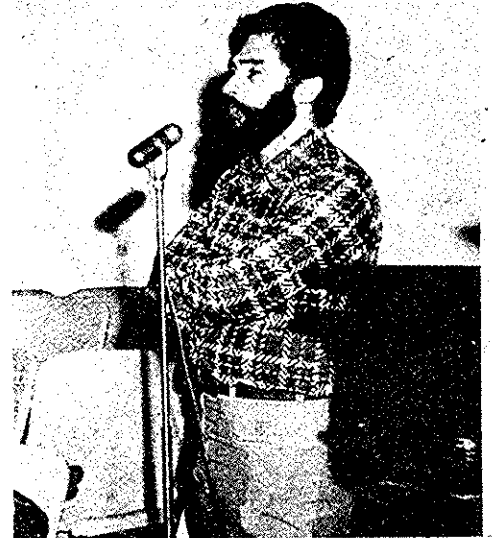
O fato de estarem índios na Funai não traduz que vão resolver todos os problemas, mas traduz coisa importante: disposição do presidente do órgão de estabelecer diálogo e que seja ouvida a vontade do índio, tanto no caso dos seus assessores, quanto de Mário Juruna, quanto a vontade dos líderes específicos e das comunidades indígenas.

O presidente da Funai nas suas declarações disse que iria ouvir os índios e nomeou para assessorá-lo dois índios em postos-chaves. Isso, à primeira vista parece que ele não quer ficar só nessas declarações. Nós estamos na expectativa se ele vai levar ou não à prática aquilo que ele tem declarado ser sua intenção. Oxalá leve à prática!

Na história do índio, na história do país, portanto, é a primeira vez, que eu saiba, que índios ocupam postos tão altos. É também a primeira vez que existe um deputado índio. O xavante faz política o tempo todo dentro da tribo. O que Juruna está fazendo também fora agora. Ele tem uma causa a defender, não fala no vazio. É fundamental existir Juruna no Congresso. É a primeira vez também que existe uma comissão permanente para estudar os problemas do índio no Congresso. No caso dos Tuxucarramãe, o deputado participou decisivamente, fez ouvir a vontade do índio:

Sobre Juruna ainda tem mais: no momento em que o ministro de Estado negociou com os líderes indígenas, ele

## Prof. Pedro Agostinho



O professor de Antropologia: "Esta questão não se resolverá num dia".

implicitamente reconheceu uma coisa muito importante, a de que o povo indígena não é um simples conjunto de indivíduos tutelados, mas sim uma unidade social etnicamente definida e constituindo um corpo político que nessa qualidade mantém relações políticas com a sociedade e o Estado brasileiro.

Mas por que este reconhecimento foi retardado? Não seria apenas uma oficialização desta realidade?

— Nossa lei dá um tratamento individualista aos índios. Aliás, é um problema do nosso Direito. Mas o ministro admitiu estabelecendo esta relação implicitamente; esta realidade social, constatável na prática; com essa negociação.

Nota da edição: aviso aos colegas de imprensa e a quem interessar possa, por não saber: não se pluraliza nomes de tribos indígenas. Por isto estamos todo o tempo escrevendo OS PATAXÓ HÁ HÁ HÁE. (Nadja Miranda)

# PATAXÓ